

Alemanha aumenta pressão sobre o Orçamento

A Alemanha colocou ontem mais pressão sobre Portugal, ao avisar que o País não apresenta condições estruturais que lhe permitam combater o crescimento anémico. Hoje é dia de abertura do ano parlamentar e, mais do que o Orçamento, o tema quente do momento é a revisão da Constituição.

- Revisão da Constituição desvia atenção das contas públicas
- Benefícios fiscais e redução da despesa vão marcar debate no Parlamento
- PSD quer que sejam os deputados a decidir o que são despedimentos legais

Primeira Linha 4 a 7 e Editorial



Primeira Linha

ABERTURA DO ANO PARLAMENTAR

Constituição desvia atenção da crise do Orçamento

Ano parlamentar arranca hoje com foco na proposta de revisão constitucional do PSD. Deixando para segundo plano o Orçamento do Estado, do qual pode depender a credibilidade de Portugal nos mercados. Ontem, a Alemanha avisou

ANÁLISE NEGÓCIOS

PEDRO SANTOS GUERREIRO
ELISABETE MIRANDA

A Assembleia da República reabre hoje para uma nova sessão legislativa, com Portugal ainda sob a ameaça de intervenção externa para enfrentar a crise económica. O Orçamento do Estado, a apresentar dentro de um mês, pode ser decisivo na credibilização do País. Mas boa parte do debate político vai estar, nas próximas semanas, centrado na proposta de revisão constitucional aprovada ontem pelo PSD, que o PS critica frontalmente.

Os deputados prepararam-se para dar, assim, prioridade à discussão das propostas do PSD para a tutela constitucional do mercado laboral, da saúde ou da educação. Entretanto, no Ministério das Finanças, os alertas soam a partir dos mercados, e mesmo de países como a Alemanha, que entendem que Portugal não está a assegurar a saída da crise económica, colando o País à possibilidade de uma intervenção como na Grécia: recurso ao Fundo de Emergência da União Europeia, o que implica a intervenção coordenada do FMI.

Os sinais de alerta aumentaram com as derrapagens nos últimos meses da execução orçamental do lado da despesa, que ameaçam a capacidade de Portugal chegar ao final do ano atingindo a meta de 7,3% de défice orçamental. No Ministério das Finanças, a possibilidade desse falhanço não é sequer admitida, pelos efeitos que teria no acesso aos mercados financeiros e na perda de condução da política económica pelo Governo. Pelo que são admitidas soluções de recurso.

É neste contexto que o próximo Orçamento do Estado é considera-

do essencial para que os mercados financeiros acreditem na capacidade do País honrar os seus compromissos e reduzir o défice orçamental. Não só no que diz respeito a um acordo político para viabilizar o documento, como às próprias medidas restritivas que o Orçamento terá de assumir na frente orçamental e na promoção de uma política indutora de crescimento.

Na semana passada, os mercados já mostraram o preço que exigem receber pela incerteza. A diferença entre a taxa de juro exigida a Portugal e à Alemanha nas obrigações a dez anos atingiu um máximo histórico, ultrapassando até o atingido no auge da crise grega.

O aviso alemão

Ontem foi a vez da Alemanha colocar nova pressão internacional sobre a economia nacional, mas com um enfoque distinto: a ausência de condições estruturais que tirem o País do crescimento anémico.

Michael Meister, vice-presidente do partido de Angela Merkel, e seu porta-voz para as questões financeiras, diz que não basta que os países "cortem a despesa de forma violenta, como Portugal fez". É necessário, por acréscimo, que se adoptem medidas de apoio à economia, que estimulem a competitividade das empresas e dos salários. O investimento em educação e em novas tecnologias foi uma das dicas dadas a Portugal pelo responsável alemão, isto para que se consiga evitar cair na fatalidade grega.

O aviso alemão está sincronizado com o discurso desta semana da Comissão Europeia, que deixou duas mensagens centrais: o receio de que se consolide uma Europa a duas velocidades; e a necessidade

Todos os países têm de fazer a sua parte para relançar a sua economia (...), e não apenas cortar com violência a despesa, como Portugal fez.

MICHAEL MEISTER

Vice-presidente da CDU, partido liderado por Angela Merkel

de Portugal aumentar a competitividade por via dos custos salariais.

Com os holofotes internacionais em cima da débil economia nacional, e já com os olhos postos nas próximas eleições, Passos Coelho garante que a sua proposta de revisão constitucional vem ajudar a resolver problemas estruturais. Ela é, no entender do líder do PSD, essencial para que os futuros Governos adoptem as reformas necessárias para impulsionar o crescimento. O PS não concorda, e aproveitou para capitalizar as reticências de Cavaco Silva: "o actual texto constitucional não é entrave a qualquer reforma ou a qualquer alteração que possa ser levada a cabo para a modernização do País - e o professor Cavaco Silva sabe isso bem, porque foi primeiro-ministro", disse Francisco Assis.

IDEIAS-CHAVE

AS FRAGILIDADES DA ECONOMIA PORTUGUESA

DEBILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS

Com um défice orçamental de 9,4% do PIB em 2009, Portugal saltou para o topo da liga de países com maiores défices. A dívida pública também deverá aumentar para perto de 90% do PIB nos próximos anos.

FORTE PRESSÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

A dívida pública, aliada a um dos maiores níveis de dívida externa (pública e privada) da Europa e ao baixo crescimento, coloca Portugal na lista dos países de pouca confiança por parte dos investidores.

CRESCIMENTO MEDÍOCRE

Esta semana, a Comissão Europeia previu uma recuperação a duas velocidades na Europa, com Portugal a ficar para trás. Enquanto a Alemanha deverá crescer mais de 3% este ano, e perto disso no próximo, Portugal não deverá andar, num bom cenário, longe dos 1% em 2010 e 2011.

FALTA DE COMPETITIVIDADE

Os problemas estruturais de competitividade da economia portuguesa começam a ser cada vez mais referidos: baixas qualificações, falta de concorrência nas telecomunicações e energia, custos salariais elevados para a produtividade conseguida.



O aviso | Um dos braços-direitos de Angela M



Oleg Popov/Reuters



erkel na CDU defendeu ontem que Portugal precisa de fazer mais para não ser a Grécia.

PSD quer deputados a decidir o que são despedimentos legais

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt

Caso as propostas do PSD para a revisão da Constituição avancem, passará a caber aos deputados da Assembleia da República definirem, através de lei ordinária, as circunstâncias em que um trabalhador pode ser legalmente despedido. As regras passam a depender das conjunturas políticas e económicas em vez de assentarem na jurisprudência e na tradição do Tribunal Constitucional.

Esta é a grande novidade que Pedro Passos Coelho pretende introduzir quer em relação às regras actuais (que dizem que ninguém pode ser despedido sem justa causa), quer em relação à sua intenção inicial, quando começou por propor que se pudesse despedir sempre que houvesse "razão atendível", segundo os constitucionalistas ouvidos pelo **Negócios**.

A diferença de um advérbio

Tiago Duarte, professor universitário, explica que a "causa atendível" (a primeira proposta do PSD) "era um conceito constitucional vago que tinha de ser interpretado pela jurisprudência e pelos tribunais - basicamente, tinha de fazer o seu caminho de interpretação como a justa causa fez", e era afinado ao longo dos anos. Adicionalmente, "só podia ser alterado por uma nova revisão da Constituição". Ora, o PSD, ao introduzir-lhe no meio o advérbio "legalmente", mais não pretende que transferir o poder de materialização deste conceito (que caberia aos constitucionalistas) para o Parlamento. "Há uma espécie de legalização de um problema que era de ordem constitucional", resume Rodrigo Esteves de Oliveira, aquilo que em linguajar jurídico se apelida de "desconstitucionalização" da matéria.

Consequências práticas: seria preciso tipificar, por lei ordinária, o que são razões legalmente atendíveis para haver um despedimento e, de futuro, "para alterar este conceito, bastaria uma mudança



Passos Coelho apresentou hoje uma versão mais suave para a revisão da Constituição.

na lei, consoante as maiorias parlamentares", diz Tiago Duarte. Rodrigo Esteves de Oliveira subscrive: "Admito que, caso seja aprovada, traga maior liberdade e responsabilização ao legislador".

No mesmo sentido, mas de forma mais crítica, surge a análise de Garcia Pereira. Para este especialista em direito do trabalho, a proposta passa "um cheque em branco ao legislador ordinário para que ele estabeleça as causas de cessação do contrato de trabalho que bem entender", adiantou à Lusa. Para o também líder do MRPP, o PSD mais não faz do que "levar a água ao mesmíssimo moinho, só que por um caminho diferente".

Anova redacção ontem aprovada pela Comissão Política do PSD faz ainda alusão à Carta dos Direitos Fundamentais europeus que, no artigo 30º, estabelece que "todos os trabalhadores têm direito a protecção contra os despedimentos sem justa causa, de acordo com o direito da União e com as legislações e práticas nacionais". Mas, segundo os constitucionalistas ouvidos, a referência é apenas um sinal de que o partido não pretende mudanças muito radicais.

Mesmo clarificada, a proposta do PSD voltou a merecer críticas. Bagão Félix, ex-ministro da coligação CDS-PSD, disse ontem à Lusa que continua a preferir a "actual formulação", porque "o conceito de justa causa está sedimentado e consolidado". O mesmo disse Jorge Miranda, que considera que "com o conceito de justa causa, o legislador ordinário já tem uma grande margem de manobra". Já Cavaco Silva alertou que só se deve alterar a Constituição quando se está "absolutamente certo" de que a nova norma é melhor que a antiga.

NOVA VERSÃO

O QUE MUDA EM RELAÇÃO À PROPOSTA INICIAL DO PSD

PROPOSTAS INCÓMODAS A CAVACO SILVA CAEM

O PSD deixou cair as propostas de alteração à Constituição que mexiam nos poderes do Presidente da República, medidas que causaram algum incómodo a Cavaco Silva, que mereceram críticas dos restantes candidatos presidenciais e que mobilizaram alguns militantes do PSD, como Paulo Rangel. Em causa estava, nomeadamente, a possibilidade de o Presidente demitir o governo sem ter de invocar o "irregular funcionamento das instituições"; e a introdução da figura da moção construtiva, que prevê a possibilidade de a Assembleia se autodissolver, sem provocar eleições.

LIBERDADE DE ESCOLHA NA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Saúde e educação deixam de ser universais e tendencialmente gratuitos, não podendo ser recusados por insuficiência económica (como já estava previsto na primeira proposta). Introduce-se, contudo, a garantia de promoção de uma "efectiva liberdade de escolha".

DESPEDIMENTOS POR RAZÕES LEGALMENTE ATENDÍVEIS

A tipificação das situações em que os despedimentos são legais passa para a esfera do Parlamento (ver texto à esquerda).

Bastaria uma mudança na lei, consoante as maiorias parlamentares [para se mudar o conceito de despedimento por razão atendível].

TIAGO DUARTE

Especialista em direito constitucional, professor na Universidade Nova de Lisboa



Abertura do ano parlamentar

QUESTÕES QUENTES PARA ACERTAR ATÉ 15 DE OUTUBRO



Benefícios fiscais, controlo da despesa, Código Contributivo: as questões quentes do OE/2011 estão lançadas

CORTES NOS BENEFÍCIOS FISCAIS: ALGUNS OU NENHUNS?

O Governo está a contar com quase 500 milhões de euros por ano por via da redução dos benefícios e das deduções fiscais, mas o cumprimento deste objectivo, comunicado à Comissão Europeia, é incerto. A intenção do Executivo, expressa no Programa de Estabilidade e Crescimento, é estabelecer um valor máximo ao conjunto das deduções e dos benefícios de que cada contribuinte poderá usufruir. A ideia é

haver um tecto para os benefícios (como os planos-poupança reforma, as ajudas à aquisição de computadores, etc.) e um segundo tecto para as deduções à colecta (casos das despesas de educação, saúde ou com juros dos empréstimos à habitação). Estes tectos começariam do terceiro escalão em diante, e castigariam mais quem maiores rendimentos auferir. O avanço da medida está nas mãos do PSD, que não tem sido totalmente claro em relação à posição que vai

adoptar. Embora tenha começado por dizer que se opunha a toda e qualquer forma de aumento de impostos, o PSD acabou por colocar, mais recentemente, a tónica na preservação da classe média. Passou a ventilar-se a ideia de que o partido estaria disposto a viabilizar limites às deduções e benefícios fiscais mas apenas para os últimos escalões de rendimentos. Antontem, contudo, Pedro Passos Coelho retomou o discurso de irredutibilidade inicial, dizendo que se oporá a cortes em qualquer um dos

escalões. Os próximos episódios mostrarão o desfecho deste processo ziguezagueante.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO: QUEM PAGA MAIS SEGURANÇA SOCIAL?

Traz aumentos nos descontos para a Segurança Social, tem entrada prevista para Janeiro de 2011, mas todos os partidos da oposição recusam que entre em vigor sem sofrer alterações. O Código Contributivo tem o mesmo problema dos benefícios fiscais: o Governo já

Sexo, dinheiro e armas. Haverá de tudo um pouco nos próximos meses



Socialistas testam Cavaco antes das presidenciais

Uma das temáticas na agenda do Partido Socialista nesta nova sessão legislativa prepara-se para colocar, uma vez mais, o poder de veto do Presidente da República à prova: depois do casamento entre pessoas do mesmo sexo, há agora um diploma que prevê que a mudança de sexo e de nome passe a dispensar a intervenção do juiz e transite para a alçada do registo civil. O documento já deu entrada no Parlamento e deverá ser discutido nos primeiros 15 dias de Outubro, contando, para já, com a oposição do CDS/PP. Para hoje está prevista a discussão da proposta do Governo designada "Licenciamento Zero", medida inserida no pacote de desburocratização "Simplex", que pretende acabar com algumas das licenças que atrasam a abertura de negócios. Na agenda socialista está ainda uma proposta para alterar a Lei das Armas.

MUDANÇA DE SEXO FORA DOS TRIBUNAIS

A proposta do PS quer que as mudanças de sexo e de nome passem a ser competência do registo civil, isentando os requerentes da obrigatoriedade de terem um reconhecimento judicial.

ALTERAÇÃO AO REGIME DOS CAÇADORES

Está prevista para dia 24 a discussão de uma alteração ao regime específico dos caçadores, inserida na Lei das Armas.

LICENCIAMENTO ZERO

A proposta que quer agilizar a atribuição de licenças é discutida já hoje, no arranque dos trabalhos.



Socialistas avançam com mais um tema fracturante

Francisco Assis | Líder parlamentar do PS.



Revisão constitucional e BPN em cima da mesa laranja

O projecto de revisão constitucional dos social-democratas, uma das bandeiras de Passos Coelho, foi ontem aprovado na Comissão Política Nacional Laranja, devendo dar hoje entrada no Parlamento. O tema, polémico, obrigou o partido a modificar algumas alíneas do anteprojecto apresentado em Julho, mas a revisão continua a ser a prioridade dos social-democratas. A agenda laranja contempla ainda o processo de reprivatização do BPN, sobre o qual os social-democratas têm várias dúvidas - Passos Coelho exigiu, na "rentrée" do partido, conhecer "as continhas todas" do banco. A regulação no sector energético e uma aposta forte nas PME, na competitividade do País e no incremento das exportações são questões prioritárias para o PSD, que manifesta ainda preocupações com o real estado da dívida do Serviço Nacional de Saúde.

REVISÃO CONSTITUCIONAL
O projecto ontem aprovado na Comissão Política Nacional deverá dar hoje entrada no Parlamento.

BPN
O processo de reprivatização do BPN levantou suspeitas ao PSD, que já enviou às Finanças uma carta com perguntas. O partido quer saber os valores concretos que o Estado gastou.

PRODUÇÃO NACIONAL
A bancada laranja está preocupada com o desenvolvimento económico de Portugal, e considera fundamental uma aposta nas PME, na competitividade do País e nas exportações.

Social-democratas apostam na competitividade e nas contas públicas

Miguel Macedo | Líder parlamentar do PSD.



CDS quer mudanças em rendas e reduções

Os democratas-cristãos têm como prioridade adiar novamente a entrada em vigor do Código Contributivo, adiado no ano passado por sua iniciativa. O partido entende que o Código é um "disparate" e, caso o Governo não renegocie o diploma, vai agendar o tema na primeira quinzena de Outubro. A Lei das Renditas também é um dos alvos do partido liderado por Paulo Portas, que pretende tornar mais célere o processo de restituição das casas aos senhorios em caso de incumprimento de rendas, bem como facilitar o arrendamento aos jovens que não têm condições para comprar casa. Outra das temáticas em cima da mesa é o Pagamento Especial por Conta (PEC), que o CDS quer reduzir, por considerar ser o imposto mais duro para as PME. A bancada centrista tem já um projecto de resolução com vista à reinstituição da Brigada de Trânsito.





está a contar com um bolo valioso de receita para reduzir o défice orçamental para os valores com que se comprometeu com a Comissão Europeia. No Programa de Estabilidade e Crescimento prevêem-se 270 milhões de euros em 2011 e 430 milhões de euros em 2012, mas estes valores dificilmente serão alcançados. Falta agora saber com quem vai José Sócrates ensaiar acordos para viabilizar, pelo menos parcialmente, o documento, até porque os motivos que merecem

críticas à esquerda e à direita são diferentes. O PSD já disse que não fará finca-pé nesta matéria, ou seja, está disposto a negociar. Praticamente certa é a suspensão da medida que agrava a taxa social única paga pelas empresas com contratos a prazo e que compreem prestações de serviços a recibos verdes. A direita crítica a medida por agravar os custos das empresas, a esquerda detracta-a por, alegadamente, representar uma legalização da precariedade.

REDUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA
Tanto PS como PSD concordam que é preciso reduzir na despesa pública, mas nenhum dos partidos especifica com detalhe onde. A julgar pela primeira metade deste ano, a tarefa não é fácil: a despesa está a crescer quase 4% em termos homólogos, e Portugal é um dos poucos países do Sul que permitiram um aumento de défice orçamental. Sobre o que fazer em 2011, o PS já garantiu que quer reduzir o investimento público, controlar os salários dos

funcionários públicos e poupar na saúde e nas prestações sociais, contando, para isso, também com uma recuperação da economia. Do lado do PSD, a saúde também é visada, mas a grande poupança defendida até agora passa por cortes nas despesas com bens e serviços, uma rubrica demasiado lata para se concluir sobre possíveis impactos no Estado.

COMO CORTAR NO DÉFICE
O esforço orçamental visa cumprir

com o objectivo orçamental de reduzir o défice público dos 7,3% - com que o Governo espera fechar o ano - para 4,6% do PIB em 2011. Teixeira dos Santos garante que vai conseguir atingir essas metas e conta com sinais de confiança da Comissão Europeia e das agências de "rating". No entanto, o ministro avisou na semana passada: terá de haver um esforço de controlo da despesa, mas será sempre preciso aumentar a carga fiscal. E é aqui que a oposição torce o nariz.

De regras para mudança de sexo, ao dinheiro gasto no BPP e BPN, passando por impostos, armas, nacionalizações, política florestal e

alterações à Lei fundamental: haverá de tudo um pouco. Os próximos meses prometem ser quentes no hemiciclo de São Bento **ANTÓNIO LARGUESA E BRUNO SIMÕES**

ças nas do PEC

CÓDIGO CONTRIBUTIVO

Depois de ter reunido o apoio da oposição para adiar a entrada da lei, o CDS quer novo adiamento, e aguarda a renegociação do diploma em sede de concertação social.

MODIFICAÇÃO DA LEI DAS RENDAS

Está em cima da mesa uma alteração que proteja os senhoriais em casos de incumprimento e uma resposta às necessidades dos jovens. Este tema deve ser discutido no final do ano.

REDUÇÃO DO PEC

O Pagamento Especial por Conta é considerado o imposto mais duro para as PME. O CDS quer que haja uma redução proporcional às contratações.

Áreas protegidas e precários são as prioridades do Bloco

Na próxima sexta-feira, os bloquistas vão apresentar uma iniciativa para proibir a contratação a termo na administração pública, que prevê ainda a regularização de todos os trabalhadores precários no sector. No mesmo dia será proposta a possibilidade de escolha do medicamento pelos utentes do SNS. O Bloco pretende ainda pressionar o Governo para apresentar um plano para reaver 450 milhões emprestados ao BPP. O recente drama causado pelos fogos florestais, que consumiu inclusivamente grandes quantidades de áreas protegidas, levou o Bloco de Esquerda a requerer, na semana passada, uma audição com a ministra do Ambiente e com o Instituto de Conservação da Natureza, para tentar avaliar a situação das áreas protegidas. Está também previsto um relatório com as responsabilidades políticas para Dezembro, a apresentar na Comissão de Agricultura.

ÁREAS PROTEGIDAS

Responsabilidades políticas nos fogos e a situação das áreas protegidas estão a encabeçar a lista do Bloco.

BPP

O partido quer que o Governo apresente um plano para reaver 450 milhões de euros emprestados ao BPP.

PRECARIEDADE

A contratação a termo na administração pública deve ser proibida, e todos os actuais precários deverão ter contrato de trabalho efectivo.

MEDICAMENTOS

A possibilidade de escolher o medicamento poderá poupar 300 milhões de euros.



PCP defende nacionalizações e mais-valias nas SGPS

Também na sexta-feira haverá uma apreciação parlamentar do PCP, que vai propor a revogação do diploma que altera o acesso às prestações sociais. No mesmo dia vai ser proposta uma tributação sobre mais-valias nas empresas SGPS, bem como uma taxa de 20% nas transferências para paraísos fiscais e, ainda, a obrigatoriedade de todos os grupos económicos pagarem uma taxa efectiva de IRC de 25%. Nos próximos meses, o PCP vai defender a reconstituição de um "forte e dinâmico" sector empresarial do Estado, contando para isso com a recuperação para o sector público - através de nacionalização ou negociação adequada - de sectores básicos e estratégicos da economia nacional, como a energia ou as telecomunicações. Os comunistas querem ainda promover a defesa da produção nacional.

MAIS-VALIAS

O PCP quer passar a tributar as mais-valias sobre todas as empresas SGPS.

NOVAS TAXAS

Os grupos económicos devem passar a pagar taxas de IRC de 25%, e as transferências para paraísos fiscais têm de ser taxadas em 20%.

NACIONALIZAÇÕES

O sector empresarial do Estado deve ser reforçado com a recuperação de empresas básicas e estratégicas da economia nacional. A produção nacional e o investimento na indústria deveriam ser também reforçados.

Democratas-cristãos insistem no excesso de impostos

Pedro Mota Soares | Líder parlamentar do CDS/PP.

As perdas assumidas com o BPP estão na mira dos bloquistas

José Manuel Pureza | Líder parlamentar do Bloco.



Comunistas querem mais impostos sobre grandes grupos

Bernardino Soares | Líder parlamentar do PCP.

